

Etnobotânica no Brasil: uma reflexão histórica

Gabriela Moysés Pereira^{1*}

¹Doutora em química de produtos naturais, Instituto de Pesquisas de Produtos Naturais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. *gabrielamoyses@ufrj.br

Recebido em: 22/05/2023

Aceito em: 19/10/2023

Publicado em: 30/12/2023

DOI: <https://doi.org/10.29327/269504.5.2-29>

RESUMO

O homem sempre possuiu uma relação próxima com a natureza e pesquisas com plantas visando à cura de problemas relacionados com a saúde são atividades milenares dos seres humanos. O saber popular sobre plantas é comumente passado de geração em geração entre as comunidades e a riqueza de saberes a respeito da biodiversidade vegetal serve como base para a descoberta de outras espécies vegetais a serem pesquisadas com finalidades terapêuticas. A etnobotânica é a ciência que estuda a interação da planta com o homem ao longo da história, o tratamento empírico usado no tratamento de doenças com plantas e as diferenças na cultura e formas diversas de interpretar, explicar e tratar a doença contribuem para entender o próprio homem. O estudo de Plantas medicinais é amplamente discutido devido à sua importância, especialmente em países com uma biodiversidade tão rica, como o Brasil. Dada a importância da temática, o presente artigo almeja refletir sobre a história da etnobotânica no Brasil, através de uma discussão sobre os povos que contribuíram para o conhecimento que temos na atualidade sobre as plantas medicinais.

Palavras-chave: Etnobotânica. Plantas medicinais. Diferentes povos

Ethnobotany in Brazil: a historical reflection

ABSTRACT

Human beings have always had a close relationship with nature, and research with plants to cure health-related problems has been an activity of human beings for thousands of years. Popular knowledge about plants is commonly passed from generation to generation among communities, and the wealth of knowledge about plant biodiversity serves as a basis for the discovery of other plant species to be researched for therapeutic purposes. Ethnobotany is the science that studies the interaction of plants with man throughout history, the empirical treatment used to treat diseases with plants, and the differences in culture and diverse ways of interpreting, explaining and treating disease contribute to understanding man himself. The study of medicinal plants is widely discussed due to its importance, especially in countries with such a rich biodiversity as Brazil. Given the importance of the theme, this article aims to discuss the history of ethnobotany in Brazil, through a discussion of the people who contributed to the knowledge we have today about medicinal plants.

Keywords: Ethnobotany. Medicinal plants. Different peoples.

INTRODUÇÃO

O conhecimento sobre plantas medicinais é amplamente difundido nas mais variadas culturas e a utilização das plantas como fonte terapêutica é uma prática milenar. Registros

de aproximadamente 60 mil anos atrás apontam o uso de ervas aromáticas em antigas civilizações, como Egito, Índia, China e Grécia, onde eram usadas para fins terapêuticos e/ou em rituais religiosos (NASCIMENTO; PRADE, 2020).

Registros arqueológicos demonstram que os ameríndios, já faziam uso de espécies vegetais há mais de dez mil anos atrás. Conforme Simões et al., (2017), os Ameríndios deixaram para a humanidade uma herança acerca de conhecimentos etnobotânicos, as principais fontes de alimentação no mundo hoje são espécies domesticadas a partir de sua cultura, além disso, várias substâncias bioativas, utilizadas como medicamentos também foram descobertas a partir do conhecimento ameríndio. A pilocarpina, obtida das folhas de espécies de *Pilocarpus* e usada no tratamento de glaucoma e o quinino, presente nas cascas de *Cinchona*, usado como antimalárico, são exemplos de descobertas a partir dos ameríndios (SIMÕES et al., 2017).

No Brasil, a utilização das plantas medicinais teve contribuições de diferentes povos, destacando-se os indígenas, africanos e europeus. Os conhecimentos adquiridos ao longo da história, acerca de como fazer uso das plantas como remédios caseiros, foram passados de geração em geração e esse processo ficou conhecido como medicina tradicional ou medicina popular (MACHADO; VARGAS., 2018).

Pensando no resgate e na valorização deste conhecimento empírico tradicional foi originado o termo “etnobotânica”, criado em 1895 pelo botânico taxonomista John W. Harshberger, que engloba as contribuições da botânica e da etnologia (DAVIS, 1995).

A etnobotânica é caracterizada como a ciência que investiga a relação entre os seres humanos e as plantas e o modo como as plantas são utilizadas para os mais diversos fins (SGANZERLA et al., 2021). A etnobotânica está intimamente ligada com a etnofarmacologia, ciência que investiga as informações adquiridas na medicina tradicional, através de estudos químicos e farmacológicos. Tais pesquisas são importantes, pois apontam quais espécies vegetais podem conter substâncias bioativas promissoras para serem usadas como fármacos.

Estudos etnobotânicos têm oferecido a base para diversas pesquisas na área da fitoquímica e farmacologia. É apontado que uma parte significativa do que hoje se utiliza terapêuticamente partiu de dados obtidos de comunidades tradicionais que faziam uso de produtos naturais em suas práticas de sobrevivência e manejo do meio ambiente (LEITÃO, 2002).

Estudos com plantas medicinais possuem um caráter multidisciplinar, podendo ser estudado sob o olhar de diversas áreas do conhecimento que se complementam, como por exemplo, a etnobotânica, etnofarmacologia e química de produtos naturais. Devido à grande abrangência de plantas medicinais no território brasileiro e da importância dessa temática, o presente artigo tem o intuito de trazer uma reflexão acerca da contribuição dos povos antigos e diversas culturas na construção dos conhecimentos sobre plantas medicinais, especialmente no Brasil.

METODOLOGIA

Neste artigo de revisão foram resumidos estudos encontrados na literatura científica sobre os registros históricos da etnobotânica no Brasil, refletindo sobre o legado que indígenas e africanos deixaram para a sociedade no que se refere as práticas com plantas medicinais. Também foram discutidos sobre a atuação de curandeiros, parteiras e sangradores em épocas remotas.

A pesquisa nas bases de dados Science direct, Periódico Capes e Google acadêmico usando a palavra-chave “etnobotânica” resultaram em 3.300, 30.046 e 24.400 trabalhos respectivamente, comprovando a grande relevância do tema.

REGISTROS HISTÓRICOS DE PLANTAS MEDICINAIS NO BRASIL

Na literatura científica encontram-se muitos registros antigos sobre plantas da biodiversidade brasileira. Tais dados são de extrema importância, pois foram coletados em tempos remotos, onde a vegetação nativa era conservada e na qual a população fazia uso, quase que exclusivamente, de plantas medicinais nativas. Simões et al (2017) citam que na atualidade, parte das plantas usadas na fitoterapia, correspondem a espécies vegetais exóticas ou importadas.

Grande parte dos registros sobre plantas medicinais foram descritos pelos padres jesuítas, que foram os primeiros a fazerem contato com os ameríndios na época da colonização do Brasil que se iniciou em 1500. No entanto, outros europeus que viajaram para o Brasil no início da colonização também descreveram o uso das plantas pelo povo ameríndio (SIMÕES et al., 2017). No quadro 1 consta alguns gêneros e espécies de plantas nativas do Brasil provenientes da cultura ameríndia.

Quadro 1 -: Alguns gêneros e espécies de plantas nativas do Brasil provenientes da cultura ameríndia.

<i>Chodrodendron</i>
<i>Cocculus</i>
<i>Cissampelos</i>
<i>Aristolochia</i>
<i>Pilocarpus</i>
<i>Piper umbellatum</i> L
<i>Solanum paniculatum</i> L

Fonte: Adaptado de Simões et al., (2017).

No século XVII, o Nordeste do Brasil foi invadido pelos holandeses e sob o comando do governador Conde Johan Maurits de Nassau-Siegen, foram realizadas expedições com grupos de estudiosos e pintores para retratar a geografia, biodiversidade, população, doenças tropicais e medicina tradicional do Brasil. Dentre esse grupo de pesquisadores, estavam presentes o naturalista e astrônomo alemão Georg Marcgraf e o médico holandês Willem Pies (também conhecidos como Marcgrave e Piso, respectivamente) (ALCANTARA-RODRIGUEZ et al., 2019). Ambos exploraram o nordeste do Brasil, Marcgrave estudou a flora, fauna, geografia, meteorologia e astronomia do território, enquanto Piso se concentrou nas plantas medicinais e doenças locais (ALCANTARA-RODRIGUEZ et al., 2019).

Antes de partir do Brasil, Marcgrave disponibilizou os resultados de sua pesquisa: amostras de plantas secas e vários manuscritos sobre a história natural brasileira. Johannes de Laet, membro do conselho da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais recebeu os materiais de Marcgrave e os transcreveu, editou e publicou em 1648, juntamente com os registros de Piso. Tal obra foi intitulada “*Historia Naturalis Brasiliae*” (PISON; MARCGRAF, 1648). Esse trabalho é considerado o mais completo tratado sobre a flora e a fauna brasileira elaborado no século XVII, é um dos mais influentes tratados de botânica, zoologia e medicina brasileira (ALCANTARA-RODRIGUEZ et al., 2019). Nessa obra são apresentados relatos sobre as doenças locais e da medicina brasileira, as plantas medicinais utilizadas pelos habitantes do Brasil setecentista, além da fauna e etnologia (ALCANTARA-RODRIGUEZ et al., 2019) (PISON; MARCGRAF, 1648). A figura 1 apresenta a capa da obra *Historia Naturalis Brasiliae*.

Figura 1 - Capa da obra *História Naturalis Brasiliae* (Pison., Marcgraf., 1648).



Fonte: Acervo digital de Obras raras e especiais da Fiocruz
<https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=35>

Outros trabalhos de autores portugueses e brasileiros foram sendo publicados posteriormente. Destaca-se a obra intitulada “Flora Fluminesis” (VELLOSO, 1799) de autoria do naturalista brasileiro Frei José Mariano da Conceição Velloso. Nela, foram registradas dezenas de espécies da Mata Atlântica, incluindo várias com finalidade medicinal. Outro autor importante foi o médico português Bernardino A. Gomes. Em seus trabalhos, ele descreveu o uso de plantas medicinais nativas na época, onde destaca-se o uso da caroba (*Jacarandá caroba* (Vell.) D.C.) e barbatimão (*Stryphnodendron adstringens* (Mart.) Coville) (SIMÕES et al., 2017).

REGISTROS HISTÓRICOS: OS INDÍGENAS E AS PLANTAS MEDICINAIS NO BRASIL

Os costumes, os saberes e as crenças encontradas no Brasil, originaram-se de uma complexa fusão entre diferentes culturas. Registros apontam que uma grande parte do conhecimento tradicional que se tem das plantas medicinais se origina dos indígenas.

É registrado na literatura que antes da colonização europeia, havia cerca de 200.000 povos indígenas e seminômades compostos por diferentes grupos étnicos

espalhados pelo vasto território brasileiro. A disposição das habitações em torno de um centro cerimonial e a valorização da arte expressa na pintura corporal e em vasos artesanais eram alguns aspectos similares na cultura dos grupos indígenas, mas assim como acontece na atualidade, cada povo indígena, apresentava suas próprias peculiaridades, era possível notar por exemplo, aspectos distintos em relação à religião e cura de enfermidades (BARBOSA et al., 2016). No entanto, também haviam trocas de conhecimentos etnobotânicos entre os grupos (BARBOSA et al., 2016).

Na época do Brasil colonial, devido a carência de medicamentos, os primeiros habitantes europeus que chegaram às terras brasileiras buscavam ajuda dos indígenas sobre o uso de remédios e práticas terapêuticas. O azeite de copaíba é um exemplo de produto natural que os indígenas indicavam aos portugueses para tratar feridas (BARBOSA et al., 2016).

Dentre as principais doenças que assolavam os indígenas na época, destacam-se as denominadas “febres”, disenterias, dermatoses e bócio endêmico. Com a chegada dos europeus, novas doenças foram registradas, como por exemplo, o sarampo e a tuberculose (BARBOSA et al., 2016). É notório que para tratar suas enfermidades, os indígenas faziam uso de plantas encontradas em suas terras. Quando a enfermidade era mais complexa, eles apelavam a rituais místicos em busca de cura. Tais práticas, inclusive podem ser observadas ainda hoje, principalmente em comunidades indígenas isoladas (BARBOSA et al., 2016).

De acordo com Reis e Ferreira, (2017), a figura do pajé sempre esteve presente na cultura indígena. O pajé pode ser definido como o indivíduo que recebe um dom de benzedura e alquimia de interações medicamentosas feitas em determinadas plantas, para curar os mais diversos males que apareciam. Os pajés faziam uso de folhas, frutos, resinas e partes lenhosas das plantas para preparar cataplasmas ou soluções utilizadas de forma oral ou por inalação. Eles acreditavam que o poder terapêutico das plantas era proveniente da natureza e da atribuição do valor místico que empregavam ao preparar e administrar o produto natural (REIS; FERREIRA, 2017).

Reis e Ferreira, (2017) enfatizam que para o pajé, a doença “vêm de dentro do corpo e não de fora dele”. Tais enfermidades podem estar relacionadas com espíritos do mal, que se apossam da mente e do corpo de uma pessoa. Quando alguém adocece, isso, para o pajé, é atribuído ao “corpo aberto”. Para curar o indivíduo, ele “fecha o corpo” com as mãos, fazendo rezas na cabeça e no local em que o enfermo sente dor, com a

finalidade de expulsar qualquer entidade sobrenatural que esteja enfraquecendo a pessoa. Tal prática realizada pelo pajé é conhecida como ritual xamanístico (REIS; FERREIRA, 2017).

Inúmeras foram as contribuições dos indígenas para os saberes que até hoje permanecem vivos na prática da medicina tradicional brasileira, tais conhecimentos também foram precursores para diversas pesquisas nas áreas da farmacopeia e da antropologia médica (BARBOSA et al., 2016).

Rocha e Marisco (2016) realizaram uma pesquisa sobre os estudos etnobotânicos realizados no Brasil em comunidades indígenas. A pesquisa descreve que as regiões do território brasileiro que se destacaram por estudos etnobotânicos com indígenas foram o nordeste e o sul. Além disso, independente da região brasileira, os autores descrevem que as doenças mais tratadas nas comunidades indígenas estão relacionadas com doenças do aparelho digestivo e que para o tratamento são usados principalmente chá e infusão.

REGISTROS HISTÓRICOS: OS AFRICANOS E AS PLANTAS MEDICINAIS NO BRASIL

Os africanos, assim como os indígenas e europeus, tiveram grande influência na formação da base do conhecimento sobre plantas medicinais no Brasil. Durante todo o período escravista, Brasil e África estiveram em contato constante através do oceano e os cativos que chegavam ao Brasil traziam plantas de suas nações, da mesma forma que algumas espécies eram levadas do Brasil para o continente africano. O processo de escravidão e posteriormente a abolição dos escravos, proporcionou uma troca mútua de espécies vegetais entre os dois continentes (DA SILVA et al., 2016).

Após a abolição, o chamado refluxo migratório de africanos e de seus descendentes, levou para a África algumas espécies presentes no Brasil, como milho, pinhão branco, batata doce, fumo, graviola, entre outras. Da mesma forma, outras espécies africanas se adaptaram bem no Brasil, como exemplo: mamona, dendê, quiabo, inhame etc. No quadro 2 consta alguns produtos do reino vegetal cultivados no continente africano e trazidos para o Brasil (DA SILVA et al., 2016) (CARNEY, 2001).

Quadro 2 - Produtos naturais cultivados na África e transportados para o Brasil.

Melância	Sorgo
Maça akee	Noz-de-cola
Jaqueira	Mamona
Tamarinheiro	Andu

Milhete	Hibisco
Inhame	Baobá
Quiabo	Babosa
Feijão fradinho	Espada de São Jorge
Feijão	Quassia
Arroz africano	<i>Rauvolfia spp</i>
café	<i>Euphorbia ssp</i>
Pimenta malagueta	<i>Strychnos spp</i>
Dendê	

Fonte: Da Silva et al., (2016); Carney, (2001).

Registros apontam que os escravos usavam a espécie *Rauvolfia spp*, como tranqüilizante. *Strychnos spp.*, era apontada como uma fonte de veneno. Por sua vez, *Euphorbia ssp.* servia para aliviar resfriados, indigestão e dores, enquanto a espécie conhecida como *Quassia* era usada na redução de febres (CARNEY, 2001).

Carney (2001) registra que na época da escravidão, os negros cativos também traziam o pouco que conseguiam da sua cultura para minimizar o que chamavam de “banzo”, que significa uma tristeza profunda que sentiam, ocasionado pela imensa saudade da sua terra e do seu povo. O “banzo”, somado com a necessidade de terem disponível um tratamento para cura de enfermidades foram os principais motivos que levaram os escravizados a transportarem plantas medicinais de sua cultura para o Brasil (DA SILVA et al., 2016). A maioria das plantas eram transportadas nos carregamentos dos navios negreiros e dado a experiência que os escravos tinham no cultivo de plantas tropicais e agricultura, estas plantas contribuíram para a sua sobrevivência no Brasil (CARNEY, 2001).

Pimenta (2022) relata que os escravos usavam as plantas de várias formas além de ingestão, era comum por exemplo, o uso em banhos, emplastos e patuás constituídos por partes de plantas. Além disso, costumavam usar assafetida ao redor do pescoço, para evitar doenças como asma, cólica, catapora, sarampo, varíola, coqueluche, caxumba e difteria.

Nas senzalas, era comum o uso de plantas em rezas e benzeduras. É registrado que os cativos tinham o costume de colocar folhas de palmito nas portas para remover maldições. As ervas eram comumente usadas ainda, como proteção, curas ou banhos de descarga (PIMENTA, 2022).

Registros na literatura também apontam que através do uso de ervas, os escravizados procuravam manter limites nas relações cotidianas com os seus senhores,

amansando ou quando necessário envenenando-os. Pimenta (2022) cita que em diversas dessas situações, o conhecimento sobre plantas poderia ser essencial e, muitas vezes, seus usos eram mediados por líderes religiosos.

REGISTROS HISTÓRICOS: CURANDEIROS, SANGRADORES E PARTEIRAS

Entre os anos de 1808 e 1828 existiu no Brasil a “Fiscatura-mor”, órgão responsável pela regulamentação e fiscalização das artes de curar (PIMENTA, 2022). De acordo com o seu regimento, em locais onde não houvesse médico, boticário e cirurgião em número suficiente para atender a população, poderia ser concedida uma licença para trabalhar como curador, a pessoa que tivesse se dedicado ao estudo da medicina e à observação dos medicamentos do país. O requisito é que os conhecimentos dessa pessoa deveriam ser avaliados por um médico designado pela Fiscatura-mor. Nos testes, o candidato era submetido a questões práticas e teóricas sobre enfermidades, sobre doenças recorrentes na região, detalhando causas, sintomas e cura (RODRIGUE, 2020). Quando aprovado, o candidato recebia a licença para exercer a arte de curar (PIMENTA, 2022).

Existia um planejamento bem traçado: os médicos eram responsáveis por diagnosticar e tratar doenças internas do corpo e os mesmos aceitavam a atuação de curandeiros, desde que não houvesse outros médicos e cirurgiões na área. As parteiras eram permitidas, desde que chamassem os médicos nos casos de complicações no parto e sangradores, desde que atuassem sob orientação de cirurgiões (RODRIGUES, 2020).

Na hierarquia da Fiscatura-mor, nas posições mais baixas encontravam-se os curandeiros, sangradores e parteiras. Enquanto médicos, cirurgiões e boticários estavam nos lugares mais prestigiados (Figura 2). O ofício de curandeiros, sangradores e parteiras era comumente exercido por escravizados, alforriados e pessoas livres empobrecidas (PIMENTA, 2022), enquanto cirurgiões, médicos e boticários eram em sua maioria pessoas brancas e de classes sociais mais elevadas (QUEIROZ, 2017).

Figura 2 - Representação da hierarquia da Fisicatura-mor.



Fonte: Autor.

De acordo com Queiroz (2017), as parteiras trabalhavam geralmente em ambientes domésticos e os sangradores ofereciam os seus serviços pelas ruas, praças da cidade e em lojas de barbeiros.

Os curandeiros podiam tratar doenças consideradas leves e fazendo uso de plantas medicinais nativas. As parteiras tinham conhecimentos sobre remédios que auxiliassem na contracepção, aborto, assim como sobre os cuidados antes e depois do parto. Pimenta (2022) descreve que durante os partos feitos por parteiras africanas era comum que elas buscassem proteger parturientes e bebês através de rituais que envolviam amuletos, rezas, encantamentos e ervas. As parteiras também tinham conhecimento sobre plantas que tinham ação no aceleração do trabalho de parto, bem como plantas que induzem o aborto.

Cabe destacar que a atuação de fiscalização da Fisicatura-mor concentrava-se mais nos núcleos urbanos maiores. Nem todos as pessoas que exerciam ofícios na arte de curar tinham suas atividades oficializadas. A maioria dessas pessoas não tinha formação acadêmica e suas artes de cura eram baseados em saberes de origens indígena e africana. Tais pessoas exerciam seus trabalhos de forma não oficializada e com o reconhecimento e prestígio da comunidade local a que pertenciam (PIMENTA., 2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos registros históricos é possível perceber como o estudo de plantas medicinais é importante, visto que é um assunto que praticamente nasceu junto com a humanidade, na principal finalidade de ser usada na cura de enfermidades.

As plantas medicinais atuaram de forma ativa ao longo da história e os seus estudos evoluíram no decorrer dos séculos. A princípio, por ser o único recurso disponível, povos como os indígenas e africanos viam nas plantas a salvação para a cura de suas enfermidades. Ao longo do tempo, estudos sobre plantas medicinais foram aprimorados e reconhecidos pela comunidade científica.

Sabe-se que muitas plantas possuem metabólitos com propriedades terapêuticas e pesquisas científicas com produtos naturais vem crescendo nos últimos anos. A busca por novas substâncias naturais que possam ser usadas em prol da saúde humana, é uma grande motivação para cientistas. No entanto, é importante enfatizar que todo o conhecimento e tecnologia presentes hoje na área de produtos naturais, tiveram o seu início através dos conhecimentos etnobotânicos de nossos antepassados e que vieram ao longo da história sendo transmitidos de geração em geração.

O estudo de plantas medicinais é tão antigo quanto a humanidade e está enraizado na cultura brasileira, diversos povos, através de suas lutas pela própria sobrevivência nos deixaram um grande legado acerca da arte de curar usando plantas com matéria-prima e esse conhecimento merece ser valorizado e divulgado.

REFERÊNCIAS

ALCANTARA-RODRIGUEZ, M.; FRANÇOZO, M.; ANDEL, T. V. Plant Knowledge in the *Historia Naturalis Brasiliae* (1648): Retentions of Seventeenth-Century Plant Use in Brazil. **Economic Botany**, v. 73, n. 3, p. 390–404, 2019.

BARBOSA, M. O.; LEMOS, I. C. S.; KERNTOPF, M. R.; FERNANDES, G. P. A prática da medicina tradicional no Brasil: um resgate histórico dos tempos coloniais. **RIES**, v. 5, n. 1, p. 65-77, 2016.

CARNEY, J. Navegando contra a corrente: o papel dos escravos e da flora africana na botânica do período colonial. **Revista África**, v. 1, n. 22-23, p. 25-47, 2004.

DA SILVA, J. G.; DA SILVA, A. B. P.; MUNIZ, A. R., SOUZA, L. M. O.; CONCEIÇÃO, E. S. C. plantas medicinais trazidas da África para o Brasil: africanizando o Brasil. Anais do Congresso Nordestino de Biólogos, **Congrebio**, v. 6, p. 58-65, 2016.

DAVIS, E. W. *Ethnobotany: An old Practice, A New Discipline in Ethnobotany: Evolution of a Discipline*, Schultes, R.E. e Von Reis, S., **Dioscorides Press, Portland**, Oregon, E.U.A.1995. Disponível em: <https://www.obrasraras.fiocruz.br/media.details.php?mediaID=35>. Acesso em: 20 mar. 2023.

LEITÃO, S. G. A etnobotânica e a etnofarmacologia como ferramentas para a busca de novas drogas de origem vegetal. 2002. Disponível em: <http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/?q=node/5509>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MACHADO, C. A.; VARGAS, J. F. R. **Plantas Medicinais do Jardim Botânico de Porto Alegre**. Secretaria de Estado da Saúde do Rio Grande do Sul. Departamento de Ações em Saúde. Porto Alegre: Escola de Saúde Pública, 2018. v. 1, 100 p.

NASCIMENTO, A.; PRADE, A. C. K. Aromaterapia: o poder das plantas e dos óleos essenciais [Recurso digital]. Recife: **Fiocruz-PE**, 2020. Disponível em: <http://observapics.fiocruz.br/wp-content/uploads/2020/08/Cuidado-integral-na-Covid-Aromaterapia-ObservaPICS.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PIMENTA, T. S. Curas, rituais e amansamentos com plantas entre escravizados e libertos no Rio de Janeiro, entre as décadas de 1810 a 1850. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 17, n. 1, p. 1-13, 2022.

PISO, W.; MARGGRAF, G. L. *Historia Naturalis Brasiliae*, **Holanda: Elsevier**, 1648.

QUEIROZ, C. A saúde entre dois mundos: escravos e libertos atuavam como sangradores e parteiras no século XIX. **Revista Pesquisa Fapesp**, v. 261, 2017. Disponível em: <https://www.revistahcsm.coc.fiocruz.br/a-saude-entre-dois-mundos-escravos-e-libertos-atuavam-como-sangradores-e-parteiras-no-seculo-xix/>. Acesso em: 22 maio 2023.

ROCHA, R.; MARISCO, G. Estudos etnobotânicos em comunidades indígenas no Brasil. **Revista Fitos**, v. 10, n. 2, p. 95-219, 2016.

SGANZERLA, C. M.; PREDEBON, A. J.; VELOSO, J. J.; ROMAN JUNIOR, W. A. A etnobotânica como influenciadora da prospecção farmacológica. **Revista Fitos**, v. 1, p. 93-97, 2022.

SIMÕES, C. M. O.; SCHENKEL E. P.; DE MELLO, J. C. P.; MENTZ, L. A.; PETROVICK P. R. Farmacognosia do produto natural ao medicamento. **Artmed**, v. 1, p. 185-119, 2017.

VELLOSO, J. M. C. *Quinografia portuguesa ou Coleção de várias memórias sobre vinte e duas espécies de quinas, tendentes ais seus descobrimentos nos vastos domínios do Brasil*. Lisboa: **Santa Igreja Patriarcal**, 1799. v. 1.